



ID: 46608712

13-03-2013 | Negócios Mais

PME Porto

ALBERTO CASTRO

“Ninguém que queira fazer negócio deita fora o apoio dos parceiros”

O economista apontou o “erro” de desperdiçar o envolvimento político e social no processo de ajustamento

ANTÓNIO LARGUESA

alarguesa@negocios.pt

O professor de Economia da Católica criticou a “postura demasiado convencida [do Governo] sobre as virtudes do modelo” e defendeu que “os incentivos têm de ir claramente ao investimento”, possibilitando que o lucro reinvestido desapareça da colecta das empresas.

Como é que se evita este ciclo vicioso de consolidação gerar mais austeridade e mais consolidação?

Sou professor universitário, não sou santo nem faço milagres. Comer erros é absolutamente natural neste processo de ajustamento. O que não é natural é não aprender com os erros e persistir neles. Há erros políticos no que era um capital muito forte do País, ter um apoio político grande em termos de partidos a um programa de ajustamento - com contorno um bocadinho difusos mas tinha - e apoio dos parceiros sociais. Não sou analista político, mas entra pelos olhos dentro que não há ninguém que tivesse de fazer um negócio, tivesse um conjunto de parceiros para o apoiar e que deitasse isso tudo fora.

E em termos de política económica?

Houve uma postura demasiado convencida das virtudes do modelo. A certa altura, se a realidade não batesse certo com o modelo, a culpa era da realidade e não do modelo. E a realidade é muitas vezes desmancha prazeres e os agentes económicos comportam-se como acham que se devem comportar. E o grave é que toda a gente com um mínimo de bom senso estava a ver o filme, excepto o realizador que olhava para um pormenor. Foi preciso que a realidade se fosse impondo. Economistas, politólogos, jornalistas avisaram que o ritmo era excessivo e que a consolidação podia fazer-se com o apoio daquela coligação e isso dava credibilidade para um programa de ajustamento

Como gerir austeridade e crescimento? Sou professor universitário, não sou santo nem faço milagres.

ALBERTO CASTRO

Professor da Universidade Católica

com um ritmo mais adequado à nossa realidade económica e social.

Por que não se negociou isso?

Não percebo. Achou-se que primeiro era preciso ganhar credibilidade e depois logo se via, como se essas coisas fossem sequenciais, tão preto no branco. [Pensou-se]: uma vez resolvido um conjunto de pressupostos, o mercado há-de resolver as questões. Mas ele precisa de um empurrão, de incentivos. Isto está nos livros, basta olhar para umas páginas e não só para algumas. Da parte de quem comanda houve um excesso de convicção de que tinham razão. E sobretudo quando se trata de uma realidade empírica convém olhar para a realidade para ver se se tem razão.

Que tipo de incentivos à actividade económica são possíveis, dados os constrangimentos orçamentais?

O equívoco é que este modelo da economia não tem as variáveis independentes umas das outras, estão inter-relacionadas. Aumentam-se os impostos e acha-se que, com tudo o resto constante, vai dar “x”

de receita. Ignorando aquilo que já se sabia: com uma recessão mais pequena em 2009 viu-se que a receita fiscal caiu 9%. Ora a receita fiscal depende da capacidade de gerar rendimento por parte das empresas. E se estrangulamos a procura e apertamos tudo e só na exportação...

O problema principal é a consolidação, dou essa de barato, mas há formas diferentes de lá chegar. Uma é emagrecer, emagrecer. A outra é dizermos: bom, mas se calhar podemos tentar conter despesas - fez-se alguma coisa, mas pouco - e tentar ganhar alguma margem para gerar incentivos. Tem de haver escolhas, não é tudo neutral. Tem de ir claramente ao investimento. Não é só a redução da taxa de IRC, mas haver possibilidade de aquilo que é investido desaparecer da colecta das empresas. Só que é preciso ter uma estratégia, olhar para os sectores com mais possibilidade de gerar valor acrescentado. Pode ser a agricultura, o turismo, as florestas ou os serviços avançado.

O “bom aluno” português deve levantar a voz à troika?

Há dias o prof. Eduardo Catroga dizia - e tem mais experiência política que eu - que com a coligação [política e social], envolvendo o Presidente, era possível criar condições para termos excepções. Dizia ele: nós conformámo-nos, aceitamos passivamente as regras do jogo e, sobretudo em Bruxelas, era possível criar excepções, nomeadamente na lei da concorrência europeia, por exemplo para libertar mais fundos. Desde o início sabia-se que havia um problema com o financiamento das empresas públicas, muito do crédito ser canalizado para elas. Não se podia pedir mais dinheiro porque isso era apoio de Estado e violava as regras. Bom, se estamos numa situação de excepção é preciso que isso tenha reflexos do lado de lá, mas ficamos tipo cordeirinhos a ver se isto ia lá. Nunca é tarde para rever isto, mas perdemos algum tempo.



Alberto Castro | Economista contestou a postura nacional de “cordeirinho”.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

“NÃO HÁ ALTERNATIVA AO ESCRUTÍNIO DO RISCO NO CRÉDITO”, ALERTOU DIRECTOR DO BANCO PÚBLICO

O problema da liquidez dos bancos está “genericamente resolvido”, mas o processo de desalavancagem obrigado pela troika faz “chegar menos dinheiro à economia”, admitiu o director central da direcção de empresas Norte da Caixa Geral de Depósitos. Embora garanta que “a Caixa tem uma orientação estratégica para o segmento das empresas porque o negócio mudou e também por ser um banco público”, José Soares de Oliveira resumiu que “hoje, mais do que nunca, o que os bancos fazem é

recolher dinheiro dos depositantes e aforradores”. E porque a segurança destes “não pode ser posta em causa”, a banca tem de ser “devidamente criteriosa na colocação dos recursos”. Os erros do passado não podem voltar a ser cometidos, pelo que, reconheceu, “não há alternativa ao escrutínio do risco no crédito”. “Não faz sentido que se coloquem recursos em negócios não sustentáveis. Se não tiver um retorno reprodutivo, o que fazemos é só destruir valor”, concluiu.

Paulo Duarte

